



Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD
Departamento de Gestão Pública - DEGEP
Bacharelado à distância em Administração Pública



**POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ASSISTÊNCIA AO ALUNO
DO ENSINO MÉDIO ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2020: UMA
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

FREDDY LUCIANO DE OLIVEIRA SIMÕES
PETTER BRUNO SIMÕES SILVA

SALINAS – MG

2021

FREDDY LUCIANO DE OLIVEIRA SIMÕES

PETTER BRUNO SIMÕES SILVA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ASSISTÊNCIA AO ALUNO
DO ENSINO MÉDIO ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2020: UMA
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de conclusão de curso, em formato de artigo, apresentado ao Curso de bacharelado à distância em Administração Pública da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Lelis Maia Brito

SALINAS – MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586p Silva, Petter Bruno Simões .
Políticas Educacionais de assistência ao aluno do ensino médio entre os anos de 2015 a 2020 [manuscrito]: uma pesquisa bibliográfica. / Petter Bruno Simões Silva. Freddy Luciano de Oliveira Simões. - 2021. 38 f.: il.: tab.. + Quadro.

Orientador: Prof. Dr. Lelis Maia Brito.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Centro de Educação Aberta e a Distância. Graduação em Administração Pública .

1. Educação - Programas de atividades. 2. Ensino médio. 3. Política pública . I. Simões, Freddy Luciano de Oliveira. II. Brito, Lelis Maia. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 373.5

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa-Bibliotecário ICSA/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
CENTRO DE EDUCACAO ABERTA E A DISTANCIA - CEAD
DEPARTAMENTO DE GESTAO PUBLICA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Freddy Luciano de Oliveira Simões
Petter Bruno Simões Silva

**Políticas educacionais de assistência ao aluno do ensino médio entre
os anos de 2015 a 2020: uma pesquisa bibliográfica**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Administração Pública, na modalidade a distância da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração Pública

Aprovada em 09 de julho de 2021

Membros da banca

Dr. Lelis Maia de Brito - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Lidiane Nunes da Silveira - Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto

Professor Lelis Maia de Brito, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 01 de novembro de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Lelis Maia de Brito, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/11/2021, às 21:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0239527** e o código CRC **7E6733B6**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.011485/2021-97

SEI nº 0239527

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer primeiramente a Deus, por ter nós dado forças. Agradecemos aos nossos pais, amigos e familiares por terem nós apoiado, incentivado e acreditado em nossa capacidade.

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para que chegássemos ao final da nossa graduação.

A todos os professores do curso de Administração Pública da UFOP, em especial ao nosso orientador professor Lelis Maia Brito, pelo apoio e dedicação.

A todos vocês, a nossa eterna gratidão!

RESUMO

Políticas públicas educacionais ou políticas públicas sociais em educação são ações ou inações do estado, que tem como objetivo contribuir para os direitos sociais. Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar produções acadêmicas que versam sobre políticas educacionais de assistência ao aluno para a permanência no ensino médio, no período de 2015-2020. Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, onde abordou as temáticas políticas educacionais de assistência ao aluno do ensino médio, quanto aos objetivos, caracteriza-se como, exploratória, pois pretende analisar documentos e produções acadêmicas que versam sobre políticas de assistência aos alunos promovendo a permanência ao ensino médio, tendo como recorte temporal o período entre 2015 a 2020. Na prática, são inúmeros fatores que podem levar a desistência ou a permanência de um aluno, mas dentre os programas, uma se destacou neste quesito, Silva, e colaboradores, (2017) demonstraram que Programa Bolsa Família não repercute na proficiência e desempenho escolar, mas impacta significativamente nas taxas de abandono/evasão e frequência escolar. Favorecendo a permanência dos alunos no ambiente escolar.

Palavras-chave: Políticas públicas. Programas educacionais. Ensino médio.

ABSTRACT

Educational public policies or social public policies in education are actions or inactions of the state, which aim to contribute to social rights. In this sense, this research has as its general objective, to analyze academic productions that deal with educational policies of assistance to the student for the permanence in high school, in the period 2015-2020. This research is a literature review, which addressed the issue of educational policies of assistance to high school students. As for the objectives, it is characterized as exploratory, because it intends to analyze documents and academic productions that deal with policies of assistance to students promoting the permanence of high school, having as a time frame the period between 2015 and 2020. In practice, there are numerous factors that can lead to the dropout or permanence of a student, but among the programs, one stood out in this regard, Silva and collaborators (2017) showed that the Family Grant Program does not affect school proficiency and performance, but significantly impacts dropout/evasion rates and school attendance. Favoring the permanence of students in the school environment.

Key words: Public policies. Educational programs. High school.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 O que constituem políticas públicas sociais em educação?	9
2.2 Políticas e programas educacionais no Brasil	12
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
3.1 Caracterização da Pesquisa	15
3.2 Coleta de dados	16
3.4 Análise dos dados	17
4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	18
4.1 Quantitativo de publicações selecionadas sobre políticas educacionais no ensino médio	18
4.2 Análise descritiva das publicações	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Políticas educacionais são ações que contribuem para os direitos sociais, considerando que a educação vai além do ambiente escolar, a educação é um gasto público que movimenta a atividade econômica, contribui para melhorar o perfil do mercado de trabalho e tem sido o maior gerador de empregos (NANNI e FILHO, 2016, p.127; KERSTENETZKY, 2015, p.133). O direito à educação, a promoção e criação de políticas educacionais são garantidos por lei e está presente na Constituição Federal de 1988 e nas Leis de Diretrizes e Bases (BITTENCOURT, 2009; SOUZA, 2015). Na prática, as políticas educacionais contribuem para a permanência dos alunos no ensino médio? O que tem sido feito?

Para responder a indagação, a escolha da temática do trabalho justifica-se pelo tema de políticas públicas educacionais serem de extrema relevância, garantido pela Constituição Federal brasileira e pela necessidade em identificar quais as políticas educacionais atuam diretamente no ensino médio, garantindo o acesso e permanência ao ensino de qualidade.

Segundo Rosa (2011), no artigo 6º da Constituição estão a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, assistência aos desamparados. Neste sentido, a educação é um direito social e para a sua concretização resulta de ações governamentais. De acordo Ferreira *et al.* (2017):

As pesquisas sobre as políticas educacionais nos ajudam a compreender quais são as preocupações dos pesquisadores, os procedimentos, os desafios e as possibilidades da política, além de serem de fundamental importância para demonstrar a configuração do cenário político brasileiro, a fim de garantir o direito à educação (FERREIRA, *et al.*, 2017).

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar produções acadêmicas que versam sobre políticas educacionais de assistência ao aluno para a permanência no ensino médio, no período de 2015-2020. Especificamente, pretendeu-se identificar por meio dos textos publicados quais as políticas educacionais que atuam diretamente no ensino médio, bem como, mostrar se as políticas educacionais são efetivamente aplicadas no ensino médio contribuindo para a permanência do aluno e analisar possíveis relações entre políticas públicas educacionais aplicadas no ensino médio com a evasão escolar no período de 2015 a 2020.

Com o intuito de identificar e discutir sobre a temática, surgiu o interesse em buscar informações através de publicações por meio de pesquisa bibliográfica. Para tanto, utilizou-se

uma metodologia pautada em uma coleta de dados através de pesquisa documental e bibliográfica, de abordagem quali-quantitativa. Para a construção dos resultados, pesquisou-se fontes de referências as produções acadêmicas publicadas em periódicos credenciados e disponibilizados no site do Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto (RIUFOP); Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Destarte, a escolha do recorte temporal para desenvolvimento desta revisão bibliográfica, justifica-se por fazer parte do início do ciclo acadêmico no ano de 2016 e eventos que ocorreram durante a graduação. Esses questionamentos surgiram desde que ingressaram na disciplina Política Pública e Sociedade em 2018, fortaleceu e consolidou o interesse pelo tema em 2019, quando iniciaram estudos sobre gestão social, assim, determinando a data limite para 2020, um ano após a última disciplina citada. Sendo assim, determinou-se 2015 como data início do recorte temporal, ano antes da introdução dos estudos universitários, e os anos 2016 - 2020, baseado nos anos de percurso acadêmico de administração pública.

Por outro lado, surgiu à necessidade de se analisar a evasão escolar na esfera da Educação Básica, o ensino médio, devido este fenômeno ser maior dentre os níveis de escolaridade. Segundo Silva et al. (2020) essa taxa gira em torno de 15% no Brasil o que revela o tamanho desse problema. Este estudo também, do ponto de vista prático, espera-se que contribuirá na geração de informações sobre a aplicação das políticas educacionais de assistência ao aluno de forma a diminuir esse impacto acerca dos problemas que levam os alunos evadirem, principalmente nos aspectos socioeconômicos de condições financeiras e necessidade de trabalhar.

Este trabalho está estruturado em seis sessões, sendo esta a introdução onde apresenta a pesquisa, no próximo tópico o referencial teórico, que traz as discussões de principais autores sobre o tema, bem como, a seguir o tópico de metodologia que expõe os procedimentos da pesquisa, em quarto a análise e discussões dos resultados obtidos após a coleta de dados, conseguinte estão as considerações finais e por fim as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O que constituem políticas públicas sociais em educação?

Segundo Gobert e Muller (1987), políticas públicas são reconhecidas como o “Estado em ação”. Höfling (2001 p.31) diz que, o termo “Estado em ação” é quando o estado implanta um projeto de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade.

As políticas públicas são de responsabilidade do Estado, a sua implementação e manutenção se dá a partir “de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada” (CALDERÓN, POLTRONIERI e BORGES,2011, p. 817; HOFLING, 2001, p. 31). Já políticas sociais “se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HOFLING, 2001, p.31). Assim, a educação é vista como uma “política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado, mas não pensada somente por seus organismos”. A política educacional, portanto, é entendida como constituinte da política social (HOFLING, 2001, p.31).

Políticas públicas educacionais ou políticas públicas sociais em educação, são ações ou inações do estado, que tem como objetivo contribuir para os direitos sociais. Neste sentido, educação vai além do ambiente escolar, quando se trata de educação é de relações humanas que está falando (NANNI e FILHO,2016, p.127). Segundo Kerstenetzky, a educação é um:

Gasto público que cria empregos e impulsiona a atividade econômica, contribuindo para melhorar o perfil do mercado de trabalho, do setor de serviços, o qual tem sido o maior gerador de empregos (em boa medida precários) das sociedades pós-industriais, Brasil incluído. (KERSTENETZKY, 2015, p.133)

Neste sentido, podemos descrever que historicamente no Brasil, a década de 70 foi marcada por avanços sociais significativos, tais como: melhoria do nível de vida e redução da pobreza, obrigatoriedade de educação básica e atenção primária à saúde (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005, p.28). De acordo com dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a área da educação foi uma das primeiras áreas se institucionalizar como política pública no país. Nos anos iniciais da década de 80, o país já oferecia serviços públicos estruturados de alfabetização, ensino superior e pós-graduação. Além destes, programas de distribuição de alimentos, livros e materiais didáticos em determinados níveis de educação (CASTRO *et al.*, 2010).

Já na década de 90 foi adotado o caminho da racionalidade financeira, consequentemente reduzindo os gastos públicos, e neste contexto a utilização do conceito, descentralização (MARTINS, 2001; SAVIANI, 1999; ABREU, 1999). Segundo Rezende e Colaboradores (2005, p.28), na década de 90, “o governo já iniciara convivendo com um processo de descentralização e redistribuição tributária”.

Assim, foi entre as décadas de 80 e 90, especificamente em 1988, inspirada pela ideia de associação entre descentralização e a democratização que se iniciou a elaboração de uma nova constituição federal (KUGELMAS e SOLA, 1999; ARRETCHE, 2002). Com a Constituição Federal de 1988, os municípios brasileiros passaram a condição de entes federados com autonomia relativa, para que formulassem políticas educacionais por meio da criação dos seus próprios sistemas de ensino (BITTENCOURT, 2009).

Através de articulações de recursos e esforços por meio dos entes federados (União, Estados e Municípios), que importantes fundos foram criados para o custeio das novas políticas educacionais. Entre estes fundos, se destacou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), este, que atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Além deste, através de programas específicos e recursos orçamentários foi fornecido transporte escolar e acesso aos meios digitais de aprendizagem e à internet (CASTRO *et al.*, 2010).

Segundo Deitos (2010, p.209), a política educacional, particularmente a empreendida no Brasil a partir da década de 1990, é a articulação e a consumação de forças econômicas e políticas hegemônicas, “que sustentam proposições e revelam forte tendência predominante de cunho liberal ou social-liberal e definem significativamente os rumos das políticas públicas e da educação nacional”.

De acordo com Haddad (2007, p.197), reformas implantadas em 1995, determinavam que houvesse restrição de gastos públicos, com o objetivo de cooperar com o modelo de ajuste estrutural e com o programa proposto pelo governo federal. “Em linhas gerais, tal política tinha por objetivo descentralizar os encargos financeiros com a educação, racionalizando e redistribuindo o gasto público em favor da prioridade ao ensino fundamental regular” (RODRIGUES, 2008, p.43)

Haja vista que, a educação é notada mundialmente como fator fundamental para o desenvolvimento político e econômico de um país. Oferecer educação de qualidade aos jovens, é uma boa forma de prepará-los para atuar com cidadania e possibilitar crescimento econômico ao país. Assim, o nível educacional está relacionado à taxa de ocupação e ao salário, como também a conclusão de um nível educacional que impacta nas taxas de ocupação e salário (SILVA; REZENDE; QUARESMA; CHRISPINO, 2016).

2.2 Políticas e programas educacionais no Brasil

A partir da publicação da Constituição Federal de 1988, foi inaugurado um novo ordenamento jurídico para toda sociedade e estado brasileiro. Foi determinado que os municípios brasileiros passassem a ter autonomia relativa para formulação de políticas educacionais através de seus próprios sistemas de ensino (BITTENCOURT, 2009). Entretanto, segundo Saviani (1999), as definições das competências conquistadas pelo município devem mais ao texto da LDB (Lei Federal nº 9.394/96), do que da própria Constituição Brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal nº 9.394/96), foi sancionada na data de 20 de dezembro de 1996, por Fernando Henrique Cardoso (presidente na época). Com a aprovação desta lei reestruturou a educação escolar, reformulou os níveis e modalidades da educação (SOUZA, 2015).

E para se alcançar os objetivos propostos pela Constituição Federal, várias políticas públicas foram lançadas por todos os setores do governo federal. Segundo o Ministério da Educação, além disso, forneceu meios para progredir no trabalho, contribuindo para reduzir a desigualdade social (BRASIL, 2020, p.1). Dessa forma:

É fundamental que se considere os princípios da equidade e da valorização da diversidade, os direitos humanos, a gestão democrática do ensino público, a garantia de padrão de qualidade, a acessibilidade, a igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola. (BRASIL, 2020, p.1)

O direito à educação pode ser descrito a partir das seguintes perspectivas: oportunidade, acessibilidade, possibilidade de permanência na escola e nível de qualidade para todos (SACRISTÁN, 2000). Horta (1998), diz que o direito à educação se encontra vinculada a obrigatoriedade escolar, diferente dos outros direitos sociais. Sendo assim, na mesma proporção que é um direito, o ensino básico também é uma obrigação.

Segundo o Ministério da Educação, a educação básica ou ensino obrigatório compreende a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio. Tal qual, sua finalidade é assegurar formação. Parafraseando o que foi descrito acima, o artigo 22 da LDB, diz que a educação básica tem o objetivo de, “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 2021).

No artigo 35 da seção IV da Lei de Diretrizes e Bases, seção responsável por descrever as finalidades do ensino médio, período final da educação básica, etapa que deve ocorrer em duração mínima de três anos, esta, terá como objetivo:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
 - II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
 - III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
 - IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- (BRASIL, 2021)

Estas finalidades devem ser desenvolvidas por um currículo. Segundo o Ministério da Educação, o ensino médio é o último período da educação básica e, deve ser planejado preservando as características sociais, culturais e cognitivas do sujeito humano. É preciso planejar para cada etapa (adolescentes, jovens e adultos), voltado para as características sociais, culturais e cognitivas, considerando a singularidade de cada tempo de vida. “Num processo educativo centrado no sujeito, o ensino médio deve abranger, portanto, todas as dimensões da vida, possibilitando o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando” (BRASIL, 2021, p.1). Para alcançar estes objetivos, políticas públicas educacionais ou políticas públicas em educação foram lançadas e através dessas políticas alguns programas foram desenvolvidos.

Tem-se como exemplos o Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Bolsa Família; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE); Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA-EJA); Programa Universidade para Todos (PROUNI); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); Ensino médio integral- profissionalizante.

O Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), “tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, de modo a contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar”, o programa visa fortalecer a participação social. Este programa tem como destino a educação básica das redes estaduais, municipais e do distrito federal (BRASIL, 2020)

O Programa Bolsa Família (PBF), o programa de transferência bolsa família foi implantada pelo governo no ano de 2003, com objetivo de enfrentar a pobreza. Este programa tem como exigências a frequência mínima escolar para promover melhores condições para aqueles que irão ingressar no mercado de trabalho, assim, aumentando a renda familiar (BRASIL, 2020).

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de oferecer alimentação escolar, tem como objetivo oferecer “ações de educação alimentar e nutricional a estudante de todas as etapas da educação básica pública”. O governo federal é quem repassa aos estados, municípios e escolas federais valores em 10 parcelas de caráter complementar conforme a quantidade de matrícula em cada rede de ensino (BRASIL, 2020).

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), tem como objetivo avaliar e disponibilizar livros didáticos (obras literárias e pedagógicas). “O Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). ” (BRASIL, 2020)

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA-EJA), criado em 2005 é denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. É uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país, destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. Permite que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo e, dessa forma, possibilitando sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho. (BRASIL, 2020).

Programa Universidade para todos (PROUNI), consiste em concessão de bolsas de estudos para alunos de graduação para em universidades privadas. As bolsas podem variar entre integral e parcial, para isto é avaliado a renda familiar. Tem como objetivo oferecer isenção de impostos as instituições participantes (ZIMMER, 2018).

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), é um programa que se alinha aos demais programas e ações do governo para toda a educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior e pós-graduação), ou seja, é um conjunto de programas com intuito de melhorar o ensino (ZIMMER, 2018).

Ensino médio integral-profissionalizante, no artigo 39 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação profissional é caracterizada como “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, onde tem como objetivo preparar o cidadão para aptidões na sociedade do trabalho e conhecimento. Ela é vista como uma possibilidade e deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular (BRASIL, 2004).

Assim, as políticas educacionais têm um impacto significativo junto à escola pública, pois é nela que se projetam as mudanças para se alcançar os objetivos e metas traçados. Busca-se a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do ensino em ambos os níveis, nas diferentes etapas e modalidades combinadas com valorização profissional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, onde abordou a temática políticas educacionais de assistência ao aluno do ensino médio, quanto aos objetivos, caracteriza-se como, exploratória, pois pretende analisar documentos e produções acadêmicas que versam sobre políticas de assistência aos alunos promovendo a permanência ao ensino médio, tendo como recorte temporal o período entre 2015 a 2020 (SILVA, *et al*, 2020).

A escolha do recorte temporal para desenvolvimento desta revisão bibliográfica, justifica-se por fazer parte do início do ciclo acadêmico e eventos que ocorreram durante a graduação. Esses questionamentos surgiram a partir do momento em que ingressaram na disciplina Política Pública e Sociedade em 2018, fortaleceu e consolidou o interesse pelo tema em 2019, quando iniciaram estudos sobre gestão social, assim, determinando a data limite para 2020, um ano após a última disciplina citada. 2016, foi o ano em que os acadêmicos deram início aos seus estudos, onde, indagaram o que foi publicado sobre políticas educacionais de assistência aos alunos do ensino médio, um ano antes de ingressarem e iniciarem os estudos acadêmicos. Sendo assim, determinou-se 2015 como data início do recorte temporal, e os anos 2016-2020, baseado nos anos de percurso acadêmico de administração pública.

Segundo Gil (2002, p.44-45), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Gil, diz que, a principal vantagem de se desenvolver uma pesquisa bibliográfica é permitir a aquele que busca informação cobertura de uma gama de conteúdo mais ampla do que aquele que poderia pesquisar diretamente. “Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. ”

Sobre pesquisa exploratória, Gil (2007), descreve que é aquela que proporciona maior familiaridade com o problema, com o objetivo de torna-lo mais explícito. Nesse sentido, com o intuito de realizar essa pesquisa e fundamentar esta metodologia, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, amparada na abordagem quali-qualitativa. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.225), mesmo sendo uma pesquisa exploratória e partir da estaca zero, para a construção de uma revisão bibliográfica é necessária uma situação concreta, ter sido desenvolvido em algum lugar pesquisas iguais, e/ou semelhantes, e/ou complementares de certos aspectos da pesquisa em que se pretende desenvolver.

Para tanto, “no método quantitativo, os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas, enquanto que no qualitativo as amostras são reduzidas, aos dados são analisados em seu conteúdo psicossocial e os instrumentos de coleta não são estruturados” (MARCONI e LAKATOS, 2011, p. 269).

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados, dividiu-se em dois momentos, o primeiro momento caracterizou-se pela pré-pesquisa, não estruturada sistematicamente, que contribuiu para a questão problema e objetivos. Além disso, auxiliaram na definição dos termos de busca, dos filtros de leitura e qualificação/seleção dos textos; no segundo momento houve a leitura dos resumos e/ou trabalho integral e seleção dos trabalhos que abordavam a temática proposta pelo trabalho e inclusão dos resultados obtidos na discussão e resultados. O modelo utilizado nesta metodologia foi adaptado de Silva *et al.* (2018), Silva *et al.* (2020), Conforto *et al.* (2011) e Zimmer (2018).

Para extrair os artigos nas bases de dados e construir esta revisão bibliográfica sobre políticas públicas de assistência ao aluno do ensino médio, nos anos de 2015 a 2020, selecionou as seguintes bases: Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto (RIUFOP);

Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

A escolha das bases de dados citadas acima, justifica-se por comportarem trabalhos acadêmicos, pela credibilidade, relevância nacional e disponibilidade de material para a construção desta pesquisa bibliográfica. Além disso, ao selecionar a RIUFOP, os acadêmicos buscam compreender o que está sendo publicado dentro da instituição em que estão matriculados. Segundo Silva (2008) e Bittar (2006), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), além de apresentar publicações constantemente, promove encontros científicos, estimula o desenvolvimento de estudos e é constantemente avaliada pela CAPES.

Realizou-se este levantamento por meio do seguinte descritor: “Políticas educacionais de assistência ao aluno”. Para refinar a pesquisa, utilizou-se como filtro as palavras: “ensino médio”, “permanência no ensino médio”, “evasão”. Como recorte temporal o período de 2015 a 2020. Após definir os filtros e bases, as buscas iniciaram, dos trabalhos disponibilizados pela pesquisa, foi realizado a leitura dos títulos, resumo, objetivos e metodologia. A partir dos dados obtidos, foi aplicado o método de inclusão, seguindo o critério inclusão para semelhantes nos objetivos e percurso metodológico. Os textos selecionados passaram por leitura completa do texto priorizando os tópicos não lidos anteriormente (introdução, resultados/discussões e considerações finais) (SILVA *et al.*, 2018). Dos textos selecionados, informações foram extraídas e organizadas em um quadro síntese, modelo adaptado de Zimmer (2018).

A coleta de dados ocorreu no período de outubro a dezembro de 2020, e de janeiro a maio de 2021, neste sentido, a proposta foi construir um panorama das produções acadêmicas, selecionando as que tinham correlação ao tema e objetivos propostos.

3.4 Análise dos dados

No percurso investigativo buscou-se atender os objetivos do presente trabalho, selecionando os resultados por meio de critério de inclusão de textos que tratavam de políticas educacionais, proporcionando a permanência dos alunos no ensino médio, medidas estas, que podem ser pontos importantes para diminuir a desistência e evasão. Os textos selecionados totalizaram 47, estes, foram analisados por meio da síntese desenvolvida a partir do modelo de Zimmer (2018) e incluídos de forma discursiva no tópico análise e discussão dos resultados.

No tópico a seguir será apresentado o que os autores vêm debatendo sobre a temática proposta durante o período de 2015-2020.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

4.1 Quantitativo de publicações selecionadas sobre políticas educacionais no ensino médio

Dos 640 trabalhos fornecidos na busca geral, apenas 26 retratava sobre a temática proposta. Os resultados numéricos estão representados na tabela 1, denominada: quantitativo de publicações selecionadas.

Tabela 1 - Quantitativo de publicações selecionadas

Instituição	Descritor	1º Filtro (título)	2º Filtro (objetivos)
ANPEd	331	17	8
Periódicos CAPES	91	16	8
RIUFOP	218	15	10
TOTAL	640	49	26

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Na tabela acima está representado a sequência de buscas que ocorreram através de acesso às bases de dados por meio de link, através do uso de internet. No primeiro momento ao utilizar o descritor “Políticas educacionais de assistência ao aluno”, aplicar os filtros “ensino médio”, “permanência no ensino médio”, “evasão” e o recorte temporal de 2015 a 2020, foi obtido 640 textos.

No segundo momento, com a leitura dos títulos, resumo, objetivos e metodologia, chegaram-se ao montante de 49 trabalhos acadêmicos, logo mais, ao utilizar o critério inclusão para semelhantes nos objetivos e percurso metodológico foram identificadas 26 produções, que dialogavam com a temática e objetivo desta pesquisa.

Apesar de políticas educacionais no ensino médio apresentar-se como abordagem de cunho social, diante dos resultados obtidos foi possível observar o quão pouco é publicado sobre o assunto, dado semelhante com o que Zimmer (2018) aborda em sua pesquisa. Segundo

Ferreira e colaboradores (2017, p.812), “os pesquisadores são, ou ao menos deveriam ser, os principais influenciadores na avaliação e produção de políticas públicas, já que suas discussões e críticas podem ajudar na superação dos obstáculos existentes para a implementação de propostas”, sendo assim, podemos reafirmar que os pesquisadores têm um papel fundamental quando se trata de fiscalização e divulgação de dados, além da participação na criação de políticas educacionais, neste sentido, é necessário debater e divulga-las através de pesquisas científicas. Assim, colaborando para ampla divulgação, buscando melhora-las e implementar novas ideias.

Na tabela abaixo, está representado os 26 trabalhos selecionados, separados pelo quantitativo de seus respectivos anos de publicação.

Tabela 2 - Demonstrativo de publicações selecionadas por ano de publicação e seus respectivos autores

		ANO					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
INSTITUIÇÃO	ANPEd		Daminelli; Fritsch e Vitelli; Goulart; Isleb; Saldanha; Silva; Silveira;				Duarte
	CAPES		Melo e Moura	Henrique; Junior, <i>et. al.</i> ; Prestes e Pozzeti; Silva, <i>et. al.</i> ; Souza e Reis.	Ferreti; Reis e Gonçalves.		
	RIUFOP	Costa; Rodrigues	Coutrim, <i>et. al.</i> (2); Coutrim, <i>et. al.</i>	Santos, <i>et. al.</i>	Sena	Leão; Marcelino, <i>et. al.</i> ; Oliveira	Ramos
TOTAL		2	10	6	3	3	2

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Durante a coleta principal, foi possível observar que em sua maioria os trabalhos foram publicados no ano de 2016, totalizando 10 textos. Ambos os autores, destacam em seus textos

a associação do ensino médio e a realidade profissional, um dos debates que mais se destaca é o ensino profissional, fortalecimento do ensino médio através de melhorias no currículo, mercado de trabalho e aproximação do currículo desta etapa com a realidade social dos estudantes, favorecendo a permanência na escola durante os estudos e, os preparando para a vida fora dos muros da instituição de ensino. Informações que coincidem com a alteração no currículo do ensino médio, nas Lei nº 9.394/96, e LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Alterações na Base Nacional Comum Curricular, incluindo temas transversais, limite da carga horária no ensino médio. E o início do debate da proposta de reforma do ensino médio (BRASIL, 2020).

4.2 Análise descritiva das publicações

Após a leitura dos textos obtidos, seguiu-se para o próximo objetivo, aqui será feito um breve debate sobre o que versam os trabalhos selecionados. Em sua maioria os trabalhos destacaram o debate sobre ensino profissional, ensino integral, PRONATEC, EJA/ PROEJA e reforma no ensino médio com foco na permanência, evasão e desistência do ensino médio. Dos textos 26 trabalhos analisados:

Quadro 1 - Quadro síntese dos trabalhos obtidos pós coleta e respectivos programas

AUTOR	TÍTULO	PROGRAMA
Costa, 2015	Educação de jovens e adultos em Ouro Preto: O currículo nas práticas educacionais do Ensino Médio na EJA	EJA
Rodrigues, 2015	Crenças de autoeficácia matemática na educação de jovens e adultos: Um estudo com alunos de ensino médio de Divinópolis (MG)	PROEJA
Daminelli, 2016	Os sentidos da escola para jovens de camadas médias	Ensino Médio Integrado
Fritsch e Vitelli, 2016	Evasão escolar, a escola e o mercado de trabalho: O que dizem jovens do ensino médio de escolas públicas	Educação profissional
Goulart, 2016	A problematização da noção de juventude e a qualidade da educação: O caso do pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio	Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM)
Isleb, 2016	Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI): possibilidades anunciadas para o enfrentamento da reprovação e abandono escolar	Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI)
Saldanha, 2016	A oferta da educação profissional técnica de nível médio no PRONATEC (2011-2014): Democratização do acesso	PRONATEC; Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM)
Silva, 2016	O ensino médio como um campo de disputas: interfaces entre políticas educacionais e movimentos sociais	PL 6.840/2013

Silveira, 2016	O ensino médio em pauta nas proposições do poder legislativo federal: Uma análise sobre financiamento e acesso	PEC 149/1999; PEC 232/2000; PL 2033/2003; PL 2321/2003; PEC 190/2003; PEC 415/2005; PL 7327/2006; PL 2675/2007; PL 5384/2009; PL 7333/2010; PEC 522/2010; PEC 257/2013
Melo e Moura, 2016	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): Expansão e privatização da educação profissional	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)
Coutrim, <i>et. al.</i> , 2016	A difícil transição: a participação da família na escolha profissional de jovens egressos do ensino médio	Ensino profissional/ mercado de trabalho; Currículo do ensino médio; Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE)
Coutrim, <i>et. al.</i> , 2016 (2)	Estudar para quê? A (des) valorização do ensino médio na fala de três gerações	Ensino profissional/ mercado de trabalho; Currículo do ensino médio
Henrique, 2017	O PROEJA e a reforma do ensino médio (LEI Nº 13.415/2017)	PROEJA/ reforma do ensino médio
Junior, <i>et. al.</i> , 2017	Repensando a evasão escolar: Uma análise sobre o direito à educação no contexto Amazônico	Educação profissional e tecnológica subsequente ao ensino médio, modalidade EAD
Prestes e Pozzetti, 2017	O princípio da eficiência e a efetiva prestação do transporte escolar nas zonas rurais de Manaus/AM	Transporte escolar
Silva, <i>et. al.</i> , 2017	Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: Revisão sistemática	Bolsa família
Souza e Reis, 2017	Juventudes na educação de jovens e adultos: Contradições entre suas conquistas como sujeitos de direitos e os silenciamentos nos espaços escolares	EJA
Santos, <i>et. al.</i> , 2017	A Busca de um Currículo Interdisciplinar e Contextualizado para Ensino Técnico Integrado ao Médio*	Ensino Médio Integrado a Educação Profissional
Ferreti, 2018	A reforma do ensino médio: Desafios à educação profissional	Reforma do ensino médio
Reis e Gonçalves, 2018	Programa de promoção à permanência: Perfil dos discentes do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília	Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)
Sena, 2018	Demonstrações no Ensino Médio.	Currículo do ensino médio e Livro didático
Leão, 2019	Um estudo de situação-problema que envolva conhecimentos geométricos de espaço e forma no ENEM no período de 2009 a 2017	Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)
Marcelino, <i>et. al.</i> , 2019	Estado-avaliador e a reforma do Ensino Médio no Brasil: influências e confluências	Reforma do ensino médio
Oliveira, 2019	Objeto de aprendizagem multimídia aplicado a dispositivos móveis: Uma proposta para o ensino de ciências na educação de jovens e adultos	EJA Tecnologia (dispositivos móveis/multimídia)
Duarte, 2020	Reformas políticas curriculares do ensino médio (2010 - 2018)	Reformas políticas curriculares do ensino médio
Ramos, 2020	Produção Textual no Ensino Médio: um estudo na escola pública	ENEM

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Dos trabalhos selecionados, o contexto em que mais destaca são os citados a seguir, em cada tema será apresentado o que alguns autores descreveram sobre: O primeiro é o debate sobre o EJA onde Costa (2015), Oliveira (2019), Rodrigues (2015), Henrique (2017), Souza e

Reis (2017), descrevem a necessidade de uma atualização do programa. Rodrigues (2015), apresenta uma proposta para melhorar o currículo de matemática, assim, demonstrando que a matemática pode ser ensinada de forma simplificada, Costa (2015), diz que em sua maioria os professores utilizam de técnicas pessoais, pois, o currículo dos alunos EJA não apresenta conteúdos condizentes com a sua realidade, comentário que condiz com o que Rodrigues retrata ao falar sobre as dificuldades enfrentadas ao se trabalhar matemática em sala de aula.

Apesar dos autores acima citarem sobre a divergência da realidade dos alunos, na descrição do programa o Ministério da Educação diz que a proposta principal do programa é a acessibilidade, além disso, promover um ensino adequado com a faixa etária e conhecimentos sobre os conteúdos trabalhados (BRASIL, 2020).

Por outro lado, Costa (2015), Oliveira (2019), Rodrigues (2015), Henrique (2017), Souza e Reis (2017) retratam que apesar de ser uma política que está presente a vários anos, ainda não está adequada para a realidade e dificuldades dos alunos, levando por vezes os alunos desistirem dos conteúdos e em alguns casos do curso. A falta de associação dos conteúdos com a realidade etária e cognitivas, leva por vezes a desistência dos alunos e investir na preparação dos professores, na busca em implementar novos materiais didáticos é uma forma de elevar a qualidade através das políticas educacionais (OLIVEIRA, 2010).

O segundo tema mais debatido foi ensino/educação profissional (PRONATEC), já fazendo um link ao ensino integral, profissional e tecnológico. Dos autores cabe citar: Coutrim e colaboradores (2016 -2), Melo e Moura (2016) Daminelli (2016), nos textos se destacam temáticas desde o processo de entrada e permanência nas instituições, demonstrando que ainda hoje os jovens/adolescentes chegam ao mercado de trabalho sem preparação e em alguns casos abandonam/evadem o ensino para se tornar provedor da renda familiar. Fritsch e Vitelli (2016 p.1) diz que “pela lógica neoliberal da competitividade e empregabilidade carregada por um ideário fetichizado transfere para o indivíduo a responsabilidade por sua competência e sua qualificação, formal e técnica, sem dar-lhe qualquer garantia de sobrevivência e ou permanência no mercado de trabalho. ” No quadro abaixo está representado de forma discursiva pesquisas sobre políticas educacionais por meio de pesquisas desenvolvidas e de que forma podem contribuir para um ensino de qualidade.

Quadro 2 - Quadro síntese dos trabalhos obtidos pós coleta

Título	Objetivo	Metodologia	Resultado
<i>Educação de jovens e adultos</i>	Compreender, por meio das vozes dos	*pesquisa quantitativa	Os professores afirmam que apesar das orientações legais estarem na

<p><i>em Ouro Preto: O currículo nas práticas educacionais do Ensino Médio na EJA</i></p>	<p>docentes das instituições de ensino dessa cidade, como são desenvolvidos os conteúdos curriculares para a EJA no Ensino Médio</p>	<p>*pesquisa bibliográfica *questionários e entrevistas *técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2010)</p>	<p>direção de uma proposta educacional de plenos direitos para a EJA, os Conteúdos Básicos Comuns – não proporciona a assimilação dos alunos desta modalidade. Segundo os docentes, não está coerente com a realidade e perfil dos alunos do EJA, proporcionando um distanciamento entre as determinações curriculares e as práticas realizadas em classe. Levando ao professor construir seus próprios currículos e metodologias, adequando aos seus alunos.</p>
<p><i>Crenças de autoeficácia matemática na educação de jovens e adultos: Um estudo com alunos de ensino médio de Divinópolis (MG)</i></p>	<p>Investigar auto percepção da capacidade dos estudantes, em especial as expectativas de autoeficácia matemática, considerando experiências escolares anteriores deles e as experiências vivenciadas durante o desenvolvimento da intervenção</p>	<p>*observação das aulas de matemática *questionário *entrevista semiestruturada (1ª fase) *aula expositiva com observação dos alunos e videogravação de algumas aulas (2ª fase). *entrevista semiestruturada (3ª fase)</p>	<p>Segundo o autor os alunos apresentaram grande heterogeneidade, sendo assim, cada um cada interpretou de forma singular. E a partir desta pesquisa foi desenvolvido um material para auxílio, com intuito de oferecer informações e contribuições ao professor de matemática e futuros professores de matemática.</p>
<p><i>Os sentidos da escola para jovens de camadas médias</i></p>	<p>Buscou problematizar as questões referentes ao acesso ao Ensino Médio Técnico nos Institutos Federais, considerando a forma de seleção adotada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)</p>	<p>*estudo de caso *pesquisa bibliográfica *coleta de dados sobre o perfil dos estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS Campus Osório no período de 2011 a 2016. *verificou o resultado da prova Brasil de 2013, das escolas que maior número de estudantes aprovados nos processos seletivos *identificação das escolas com maior índice de aprovação</p>	<p>Os resultados apontaram que o processo de seleção adotado pelo IFRS Campus Osório tem contribuído para acentuar as desigualdades escolares, privilegiando o acesso dos estudantes de classes sociais mais favorecidas.</p>
<p><i>Evasão escolar, a escola e o mercado de trabalho: O que dizem jovens do ensino médio de escolas públicas</i></p>	<p>Investigação sobre evasão escolar no ensino médio explorando as interfaces entre o mundo da escola e o mercado de trabalho</p>	<p>*pesquisa qualitativa com dados empíricos *acompanhamento da trajetória escolar dos estudantes de ensino médio * três escolas públicas localizadas em São Leopoldo/RS,</p>	<p>Segundo os discentes a evasão do ensino em escolas públicas ocorre pela falta de escolas próximo onde residem, onde oferece modalidades de ensino que desejam cursar. Outro fator é a busca de trabalho para trazer renda para suas famílias. Levando esses alunos optarem por aprovação rápida, através de</p>

		no período de 2012 a 2014	Certificação pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou Educação de Jovens e Adultos – EJA.
<i>A problematização da noção de juventude e a qualidade da educação: O caso do pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio</i>	Esta pesquisa pretende compreender como os ditos sobre a experiência juvenil operam nesta política de formação continuada	*análise documental	Para o autor esta pesquisa demonstrou que há uma continuidade aos discursos de políticas públicas de juventude (2000), em que defendiam o empoderamento dos jovens. Segundo ele, no PNEM tratar o aluno como jovem proporciona boa prática pedagógica e uma educação de qualidade favorecendo a permanência destes.
<i>Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI): possibilidades anunciadas para o enfrentamento da reprovação e abandono escolar</i>	Análise o Programa Ensino Médio Inovador e seus Documentos Orientadores- 2009, 2011 e 2013	*análise documental das três versões do Documento orientador do ProEMI	Após a análise dos documentos o autor destacou pontos que poderia contribuir para o enfrentamento da reprovação e abandono escolar: *incentivar o uso dos espaços internos e externos das escolas. *mudança na carga horária dos alunos *ofertar ensino médio no período noturno *financiamento e custeio de capital para melhorar a estrutura das escolas e adequar estes espaços e os recursos pedagógicos *profissionais envolvidos nas execuções das atividades desenvolvidas. *reorganização do currículo *diversificação das práticas pedagógicas *Acompanhamento dos dados do fluxo escolar
<i>A oferta da educação profissional técnica de nível médio no PRONATEC (2011-2014): Democratização do acesso</i>	Analisou as dimensões qualitativas e quantitativas da oferta inicial (2011-2014) dos cursos técnicos na forma concomitante com Bolsa-Formação Estudante destinados aos jovens estudantes do Ensino Médio (EM) público, no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a sua relação com a proclamada democratização da Educação Profissional Técnica	*análise quantitativa *análise documental *pesquisa bibliográfica	Saldanha buscou nesta pesquisa relacionar a oferta dos cursos técnicos concomitantes e Bolsa-Formação Estudante aos alunos do Ensino Médio público, que compõem a Especificidade do PRONATEC no âmbito da EPTNM, com a proclamada democratização. Partindo de uma análise quantitativa foi possível observar que na forma de oferta não permitiu o acesso de alunos trabalhadores, portanto, não era voltado para alunos do Ensino médio público. E a expansão do PRONATEC foi apenas em ofertas dos cursos FIC-desvinculados da escolaridade, e nas instituições não públicas, principalmente no Sistema S. Neste sentido, quantitativo da oferta e das matrículas realizadas na sua especificidade, não indicaram democratização da EPTNM

	de Nível Médio (EPTNM)		
<i>O ensino médio como um campo de disputas: interfaces entre políticas educacionais e movimentos sociais</i>	Evidenciar que essas disputas incidem diretamente na formulação de políticas governamentais	*análise documental	De acordo a autora as mudanças que consta o Substitutivo ao PL 6.840/2013 estão longe de atender as necessidades do ensino médio brasileiro. Também destaca a importância dos movimentos sociais e a pressão da população no sentido de assegurar o direito a educação e a qualidade do ensino para toda a juventude brasileira.
<i>O ensino médio em pauta nas proposições do poder legislativo federal: Uma análise sobre financiamento e acesso</i>	Analisar as proposições (Propostas de Emendas à Constituição e Projetos de Lei) apresentadas à Câmara dos Deputados sobre Ensino Médio, cujas matérias incidam sobre “financiamento” e “acesso, permanência e qualidade”	*pesquisa documental (página eletrônica— Diário da câmara dos deputados). *recorte temporal de 1997-2014 *coletaram PL e PEC contendo os assuntos: “Ensino Médio” e/ou “direito à educação”	Foram encontrados 12 documentos, retratando assuntos diversos. Destas, quatro foram arquivadas, seis apensadas e duas aguardam deliberação. A autora ainda descreve que para que ocorra a universalização/democratização do ensino médio, é necessário a criação de políticas públicas, que viabilizem condições inerentes ao direito, como é o caso da ampliação dos programas complementares da educação (material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde). Porém, não é o que ocorre no Congresso Nacional. Ela ainda afirma que proposta de versam sobre a ampliação dos direitos não ganham destaque, ficam engavetadas, até serem arquivadas.
<i>Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): Expansão e privatização da educação profissional</i>	Finalidade desvelar a essência dos objetivos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e suas relações com a expansão, a privatização e a qualidade da Educação Profissional brasileira	*revisão bibliográfica *análise documental	Em sua pesquisa os autores demonstraram que existe uma relação estreita entre o processo de expansão e a privatização da educação profissional, eles destacam que está ocorrendo por meio principalmente do PRONATEC, já que, a oferta de vagas ocorre através de parceria público privada. Além disso, estes cursos são oferecidos por curto tempo e baixa complexidade, proporcionando para a população pouco escolarizada.
<i>A difícil transição: a participação da família na escolha profissional de jovens egressos do ensino médio</i>	Trazer para a discussão os resultados de uma investigação com jovens concluintes do ensino médio e seus familiares de Belo Horizonte e Mariana-MG sobre as aspirações para o futuro profissional,	*análise qualitativa *questionário semiestruturados para 149 questionários a estudantes do último ano do Ensino Médio em duas escolas públicas de Mariana (interior de Minas Gerais) e em duas escolas	Como resultado obtiveram os seguintes dados: *Os alunos entrevistados são jovens e a maioria deles (82,5%) possui até 20 anos. * 51,7% deles frequentam o curso noturno e um pouco mais da metade (57,7%) estuda na capital. * a maioria dos jovens que estuda à noite exerce alguma atividade

	tendo como foco o peso das transmissões geracionais (pais e avós)	públicas de Belo Horizonte dos períodos matutinos, vespertino e noturno (uma sala de aula de cada turno da escola) *entrevista (com uma mãe ou pai, avó ou avô), totalizando 8 famílias. *A tabulação ocorreu por meio do programa SPSS	profissional e apenas 19,5% deles não trabalham. Os autores concluem que a família e amigos tem grande influência na escolha profissional dos estudantes, mas vale ressaltar a grande parcela de alunos buscam emprego durante o ensino médio, e apesar de estarem no último ano do ensino médio, não sentem seguros para esta nova etapa. Completando, os pesquisadores descrevem que tal resultado provoca reflexão a respeito das possibilidades que os jovens e família enxergam, considerando a realidade, condição socioeconômica e trajetória escolar.
<i>Estudar para quê? A (des)valorização do ensino médio na fala de três gerações</i>	Analisar as diferentes expectativas das três gerações em estudo quanto ao papel da escola na formação escolar desses jovens.	* pesquisa de abordagem qualitativa *questionários a 96 jovens concluintes do Ensino Médio (ambos os sexos, de duas escolas públicas da cidade e que convivem com os pais e os avós) *entrevista (cinco pais e cinco avós de aluno)	Dos resultados obtidos através de entrevista e questionários, para 74% dos alunos a escola deveria fornecer base/ ensino para a vida e ensino profissional. Segundo os estudantes, a escola não está cumprindo o seu papel de prepara-los para o mercado de trabalho, fator que está promovendo o desencanto em relação ao aprendizado no ensino médio.
<i>O PROEJA e a reforma do ensino médio (LEI Nº 13.415/2017)</i>	Pretende discutir a reforma do Ensino Médio e suas consequências para o Proeja	* pesquisa de abordagem qualitativa * revisão bibliográfica *análise documental	Diante das análises o autor conclui, que a reforma do ensino médio afeta diretamente o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, já que, acaba com a ideia de integração. E que apesar de não se referir a modalidade EJA em seu teor, a reforma do ensino médio é um passo para a atrofia ou descontinuidade do PROEJA.
<i>Repensando a evasão escolar: Uma análise sobre o direito à educação no contexto Amazônico</i>	Apresentar uma proposta de intervenção político-pedagógica junto ao IFRO no curso Técnico em Finanças, da modalidade EAD com o objetivo de reintegrar os estudantes evadidos ao curso, dando-lhes uma nova oportunidade de concluírem os estudos.	*abordagem qualitativa descritiva *questionário semiestruturado *análise documental	Silva e colaboradores descrevem que a motivação para a investigação desta pesquisa, foi o auto índice de evasão dos discentes entre os anos de 2014/1 e 2015/2. De acordo os autores, os principais motivos que levaram os estudantes a desistirem do curso foram as dificuldades financeiras e conciliar os estudos com o trabalho.
<i>O princípio da eficiência e a efetiva prestação do transporte escolar nas zonas</i>	Analisar a importância do transporte escolar nas zonas rurais do município de Manaus/AM, como	*abordagem qualitativa *método dedutivo * revisão bibliográfica	O foco principal dos autores diante desta pesquisa, era buscar conhecimento através de documentos, se existem leis que resguardam e garantem o transporte escolar para alunos do ensino fundamental e médio

<i>rurais de Manaus/AM</i>	garantia do acesso à escola, tendo como parâmetro o dever do Estado de propiciar o transporte, única forma de acesso à escola nessa distante e isolada região do país		que residem na zona rural em Manaus (AM), já que este não vem sendo cumprido. Diante das buscas os autores concluem que Poder público não vem cumprindo com seu dever estabelecido na Constituição Federal, já que é um direito e está garantido na Constituição Federal (art. 228 e art. 6º)
<i>Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: Revisão sistemática</i>	Realizar uma revisão sistemática para avaliar os desfechos (efeitos e impactos) do Programa Bolsa Família em indicadores educacionais entre os beneficiários	*revisão sistemática da literatura (Medline, Lilacs, EBSCO, Econstor, Science Direct e Web of Knowledge)	Por meio dos resultados foi possível observar que o Programa Bolsa Família não repercute na proficiência e desempenho escolar, mas impacta significativamente nas taxas de abandono/evasão e frequência escolar.
<i>Juventudes na educação de jovens e adultos: Contradições entre suas conquistas como sujeitos de direitos e os silenciamentos nos espaços escolares</i>	Analisar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto direito humano, partindo das conquistas nos marcos legais concernentes às juventudes e refletindo, como contraponto, sobre o silenciamento dos sujeitos jovens nessa modalidade de ensino.	*pesquisa qualitativa em uma escola pública estadual em Maceió, Alagoas *análise documental da legislação *grupos de discussão *entrevistas semiestruturadas com três jovens	Apesar do EJA configurar-se uma grande conquista no âmbito dos Direitos Humanos, por muito tempo esteve configurado quase exclusivamente voltado para a Educação de Adultos, com o rejuvenescimento de seu público é necessária uma reconfiguração no seu campo de prática e análise, levando em consideração os novos perfis.
<i>A Busca de um Currículo Interdisciplinar e Contextualizado para Ensino Técnico Integrado ao Médio*</i>	A análise da integração da disciplina Matemática juntamente às demais ofertadas no Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Técnica consiste no objetivo deste artigo.	*pesquisa qualitativa *análise bibliográfica *escolha de forma aleatória (curso Técnico em Agropecuária) *análise documental *entrevista semiestruturada *questionário *análise do material didático utilizado nas disciplinas técnicas	Os resultados obtidos apontaram que na prática existe relação entre as disciplinas técnicas e a Matemática. Ressaltando, que ambas necessitam serem trabalhadas de forma paralela para a melhor assimilação. Neste sentido, os autores concluem que o ensino médio integrado e a matemática é possível ser trabalhada de forma contextualizada, a fim de atender a demanda das disciplinas técnicas, da Matemática e o objetivo formativo profissional do educando.
<i>A reforma do ensino médio: Desafios à educação profissional</i>	Análise da Lei 13.415/2017, no que respeita especificamente aos artigos e parágrafos que dizem respeito à educação profissional técnica de nível médio.	*análise documental *pesquisa qualitativa	Na análise da lei, o autor diz que o ensino profissional é previsto por lei e pode ser desenvolvida durante o ensino médio em outras instituições, demonstra que as instituições públicas estaduais não estão preparadas para a demanda, mas isso pode ser interpretado como descaso e falta de compromisso e investimentos nas instituições públicas. Destaca-se, que ao manter

			<p>compromisso com instituições privadas, o governo promove uma formação voltado apenas a interesses empresariais.</p> <p>Outro fator que é debatido, são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, responsáveis por fornecer o Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de nível médio, já que as escolas estaduais responsáveis pelo ensino médio não têm estrutura para receber os alunos.</p>
<p><i>Programa de promoção à permanência: Perfil dos discentes do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília</i></p>	<p>Analisar o perfil socioeconômico dos discentes contemplados pelo Programa de Promoção à Permanência, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), no exercício de 2014</p>	<p>*estudo de caso exploratório descritivo de natureza qualitativa</p> <p>*Análise bibliográfica e documental (Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social)</p> <p>*foram analisados por meio de estatística descritiva.</p>	<p>*Considerando que 64,53% dos discentes contemplados pelo programa estavam desempregados, significa que há um percentual elevado de discentes fora do mercado de trabalho. O que vem reafirmar que o programa de permanência, realmente auxilia na permanência e conclusão do curso.</p>
<p><i>Demonstrações no Ensino Médio.</i></p>	<p>Contribuir para o uso das demonstrações nas aulas de Matemática em turmas de Ensino Médio.</p>	<p>* fichamento de três coleções de livros didáticos, totalizando nove volumes</p> <p>* Os livros foram escolhidos dentre os selecionados no último Guia de livros didáticos do Plano Nacional do Livro Didático</p>	<p>O intuito deste trabalho é contribuir com o trabalho de colegas professores do Ensino Médio, sendo assim, é possível ser útil e se tornar um material de apoio durante o planejamento das aulas de teoremas.</p>
<p><i>Um estudo de situação-problema que envolva conhecimentos geométricos de espaço e forma no ENEM no período de 2009 a 2017</i></p>	<p>Buscar soluções para a seguinte questão: Como uma proposta de atividades pode possibilitar o desenvolvimento de habilidades auxiliares para a de resolver situação-problema que envolva conhecimentos geométricos de espaço e forma, da Matriz de Referência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)?</p>	<p>*Estudo de caso</p> <p>*Análise documental: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais, Relatórios do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Base Nacional Curricular Comum e Currículo Referência de Minas Gerais</p> <p>*levantamento bibliográfico</p> <p>*pesquisa de campo em 2018, com cinco encontros realizados</p>	<p>Este estudo de caso foi desenvolvido com docentes, com o objetivo de desenvolver habilidades auxiliares para resolver situações problemas-geométricos, sob certos aspectos, as provas do ENEM.</p> <p>*Além da dissertação, foi desenvolvido pelo pesquisador um produto educacional, ou seja, um pequeno livro que reúne sugestões de atividades que podem ser úteis à prática pedagógica de professores, licenciandos.</p>

		no período de seis meses *entrevista	
<i>Estado-avaliador e a reforma do Ensino Médio no Brasil: influências e confluências</i>	Analisar as influências e confluências da reforma do Ensino Médio, pela Lei Federal nº 13.415/2017, no contexto do Estado-avaliador no Brasil.	*revisão bibliográfica e documental	Os autores destacam que a reforma vem para destacar a meritocracia na educação brasileira, acentuando a competitividade, contribuindo para uma educação que reforça as desigualdades sociais no país. Já que, a reforma do ensino médio não foi pensada nas necessidades reais da população brasileira. Outro fator, é que no resultado da avaliação não levou em consideração e realidade local e a demanda por conhecimentos pertinentes às sociedades atuais.
<i>Objeto de aprendizagem multimídia aplicado a dispositivos móveis: Uma proposta para o ensino de ciências na educação de jovens e adultos</i>	1º) Investigar se o uso do OAM impresso, por nós desenvolvido, poderia influenciar na motivação do aluno que o utiliza e, se essa motivação seria suficiente para que o aluno lesse, antecipadamente, o conteúdo a ser trabalhado em sala. 2º) Avaliar se seria possível utilizar Dispositivos Móveis como recurso didático dentro e fora da sala de aula, e quais seriam as possíveis implicações deste uso para o processo ensino-aprendizagem de Física.	* 10 (dez) alunos voluntários, da turma de 3º EJA. *foi aplicado um questionário para a turma sobre uso de celulares, acesso à internet, leitura e uso de Livro Didático, motivação para leitura espontânea de conteúdo antes de ser trabalhados em sala *pré-teste (conhecermos as concepções iniciais sobre o assunto) *foi realizado 4 (quatro) encontros com os alunos voluntários, utilizando o OAM (Objeto de Aprendizagem Multimídia) * pós-teste * Questionário Final de Pesquisa (Pesquisa de Satisfação)	Após o desenvolvimento da pesquisa, Oliveira destaca que o OAM foi construído para ser um suporte ao professor em sala de aula. E o seu uso pelos voluntários, foi considerado muito satisfatório e se sentiram mais motivados para estudar por meio do Material Didático aplicado a Dispositivos Móveis.
<i>Reformas políticas curriculares do ensino médio (2010 - 2018)</i>	Investiga as intencionalidades dos discursos sobre a reforma curricular para o ensino médio, no recorte temporal de 2000 a 2018, em especial, aqueles endereçados aos itinerários formativos e o protagonismo juvenil	*revisão bibliográfica (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) por meio do descritor “Ensino Médio, Reforma, Reforma Educacional e Currículo”	Para o autor, apesar de não haver um consenso entre a permanência das reformas estruturais ou a construção e de textos/documentos mais eficientes para lidar com a demanda de um ensino médio, marcada pela desigualdade social e assimetrias. Do outro lado estão as estruturas políticas, educativas e sociais que estruturam a crença nas instituições sociopolíticas e mercantis que regulam os “novos” caminhos para a escolarização da juventude brasileira.

<i>Produção Textual no Ensino Médio: um estudo na escola pública</i>	Analisar a escrita do texto dissertativo argumentativo dos alunos do 3º Ano do Ensino Médio de uma escola pública marianense, com base nas Competências exigidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio	*pesquisa qualitativa de cunho etnográfico *estudo bibliográfico *análise documental (Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa e o Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Médio) *a investigação foi realizada em uma escola pública de Mariana, Minas Gerais *com 30 alunos em cada turma de Ensino Médio, na faixa de 15 a 19 anos	Segundo a autora, é necessário o aluno adequar sua escrita voltado para o que propõe a cartilha do participante para obter nota mil no ENEM.
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Costa (2015), em seu trabalho intitulado “Educação de jovens e adultos em Ouro Preto: O currículo nas práticas educacionais do Ensino Médio na EJA”, pretendeu compreender através dos docentes como são desenvolvidos os currículos. De acordo o autor, para facilitar o ensino e assimilação do conteúdo os professores adaptaram à realidade, favorecendo o aprendizado dos alunos. Segundo Sacristán (2000), o ensino deve ser apresentado de forma acessível, com o mesmo nível de qualidade para todos, para que isso acontecesse os professores adaptaram o conteúdo a realidade dos alunos. Rodrigues (2015), em seu trabalho “Crenças de autoeficácia matemática na educação de jovens e adultos: Um estudo com alunos de ensino médio de Divinópolis (MG)”, também propôs atividades e desenvolveu um material auxiliar para professores de matemática, com o objetivo de adaptar o conteúdo a realidade dos alunos do PROEJA. Ao adaptar o conteúdo os professores proporcionam que as políticas educacionais EJA e PROEJA, se aproxime o máximo ao conteúdo, desenvolvendo aulas dinâmicas, criativas e acessível (SACRISTÁN, 2000).

Daminelli (2016), retrata o ensino médio integrado em seu texto “Os sentidos da escola para jovens de camadas médias”, para o autor o acesso ao ensino médio integrado ao técnico oferecido pelos Institutos Federais acentua a desigualdade e precisa ser repensada, já que é uma política que visa o acesso democrático para todas as classes interessadas. Neste sentido, é necessário repensar o processo seletivo. Além do processo seletivo a autora retrata o distanciamento entre a instituição e determinadas classes sociais e escolas da região, fator que contribui para que retrata Fritsch e Vitelli (2016) em seu texto “Evasão escolar, a escola e o mercado de trabalho: O que dizem jovens do ensino médio de escolas públicas” e Ferreti (2018)

em “A reforma do ensino médio: Desafios à educação profissional”, quando se trata da distância das instituições profissionalizantes das camadas mais pobres. Ferreti (2018), diz que o ensino profissional é previsto por lei e pode ser desenvolvida durante o ensino médio em outras instituições, porém demonstra que as instituições públicas estaduais não estão preparadas para a demanda, mas isso pode ser interpretado como descaso e falta de compromisso e investimentos nas instituições públicas.

De acordo com Silva, e colaboradores, (2017), a partir dos dados obtidos na pesquisa denominada “Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: Revisão sistemática”, por meio dos resultados foi possível observar que o Programa Bolsa Família não repercute na proficiência e desempenho escolar, mas impacta significativamente nas taxas de abandono/evasão e frequência escolar.

A partir do quadro síntese, podemos observar que não foi encontrado uma política educacional com foco apenas na permanência dos alunos no ensino médio, considerando que as políticas vão além de currículo e atividades proposta em sala de aula, é necessário observar de que forma estas contribuem para um ensino de qualidade, despertando o interesse dos alunos em permanecer no ambiente escolar até a conclusão dos estudos. Porque na prática são inúmeros fatores que podem levar a desistência ou a permanência de um aluno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de assistência ao aluno são muito relevantes no controle do equilíbrio social no que se refere a educação, sendo essa um direito social universal garantido pela Constituição Federal de 1988. Por conseguinte, os programas assistenciais devem ser bem geridos de forma a garantir igualdade de acesso e a permanência dos alunos na educação básica, especificamente no ensino médio, uma vez que contribuirá para o desenvolvimento econômico ao preparar adolescentes/jovens para o mercado de trabalho, tomada de decisões na sociedade e na política.

Essa pesquisa teve como objetivo geral, analisar produções acadêmicas que versam sobre políticas educacionais de assistência ao aluno para a permanência no ensino médio, no período de 2015-2020. Pretendeu-se compreender através de artigos publicados as reflexões dos autores sobre esta temática, como também bibliografias de aprofundamento teórico. Portanto, esse tema é extremamente relevante na construção de conhecimento sobre as infinitas

possibilidades de ampliação das políticas educacionais e cumprimento desses programas na prática, todavia, observou nos resultados que apesar de políticas públicas ter uma amplitude social, o assunto foi muito pouco abordado nesse período de 5 (cinco) anos.

Este estudo expõe sobre conceitos de política públicas educacionais de assistência ao aluno, bem como sobre quais políticas educacionais atuam diretamente no ensino médio. Foram analisados 26 artigos finais que retratam a temática, filtrados do contingente de 640 publicações considerando a busca pelo descritor. Esses textos discorrem que os programas criados pelas políticas educacionais mais aplicados ao ensino médio são: Programa de dinheiro do direito na escola – PDDE, Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa Nacional Livro Didático-PNLD, Programa Nacional de Transporte Escolar-PNATE, PROEJA, PROUNI, Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE, PRONATEC, Ensino médio integral profissionalizante.

Ao analisar e identificar os textos selecionados, sobre políticas educacionais que atuam diretamente e efetivamente no ensino médio contribuindo para a permanência do aluno, não foi encontrado uma política educacional com foco apenas na permanência dos alunos no ensino médio. Os textos baseiam-se sobre as peculiaridades dos seus objetos de estudos discorrendo sobre percursos diferentes para se atende esse fim. Na prática, são inúmeros fatores que podem levar a desistência ou a permanência de um aluno. Mas dentre os programas, uma se destacou neste quesito, constatando que Programa Bolsa Família impacta significativamente nas taxas de abandono/evasão e frequência escolar. Favorecendo a permanência dos alunos no ambiente escolar.

Outro ponto levantado nos objetivos, foram as possíveis relações entre políticas públicas educacionais aplicadas no ensino médio com a evasão escolar no período de 2015 a 2020. No exame dos textos, pode-se observar que as políticas públicas educacionais precisam ser melhor gerenciadas com a finalidade de diminuir o número de evasão escolar ou melhor elaboradas para adequarem-se a realidade dos estudantes.

Conforme análise dos textos, conclui-se que os autores em sua maioria descreveram que os motivos pelos quais ocorrem a evasão escolar no ensino médio se deu pela a falta de aproximação do conteúdo cotidiano com a realidade dos alunos e o ambiente em que residiam, que por vezes, abandonam o ensino para buscar renda através de emprego, apesar de não sentirem preparados para o mercado de trabalho. Uma das opções para impedir a evasão seria o acesso a programas que os preparassem além do conteúdo, proporcionasse o desenvolvimento de uma profissão, mas o acesso por vezes é impedido por ocorrer falhas na formulação, implantação dos projetos/programas educacionais e seleção dos participantes.

Constatou-se também que além dos citados acima, foram pautados como motivos de evasão escolar no ensino médio as questões geográficas, a baixa qualidade de ensino e o plano didático e pedagógico.

Para tanto, o presente estudo proporcionou observar que apesar dos projetos serem desenvolvidos de forma ampla, a sua adaptação a realidade de cada estado faz-se necessário, além da aproximação, é importante modificar os meios avaliativos para acesso e permanência dos alunos. Apesar das dificuldades, existem programas com atuação eficaz, e estes são necessários para o desenvolvimento acadêmico dos alunos, neste sentido, a pesquisa aponta que há necessidade em discutir mais sobre o assunto na prática, principalmente levando em consideração a realidade atual de pandemia, já que, algumas políticas educacionais passaram por possíveis adaptações a realidade do momento.

Contudo, acredita-se que este estudo possa contribuir na geração de informações sobre as políticas educacionais no ensino médio incentivando a ampliação de programas educacionais visando a permanência de aluno da educação básica. Apesar de ainda ser um desafio no Brasil a continuidade dos estudos, considera-se que as políticas públicas têm o dever de atender a sociedade com objetivo de manter o equilíbrio social.

Para estudos posteriores, sugere-se aprofundamento sobre quais políticas públicas educacionais estão sendo adotadas pelos estados e municípios, para enfrentar dificuldades no contexto do atual cenário da pandemia e de sua transição pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Descentralização e federalismo**. Cadernos Aslegis, Brasília, DF, v. 3, n. 7, p. 30-35, jan./abr. 1999.

ADRIÃO, L, Theresa. PERONI, Vera Peroni. **Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302007000100013&script=sci_arttext.> Acesso em: 29 out. 2019.

ARRETCHE, M. T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 44-66, jun. 1996.

BARROSO, João. **O Estado, a educação e a regularização das políticas públicas**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n92/v26n92a02.pdf> .> Acesso em: 30 set. 2019.

BITTAR, M. **O estado da arte em história da educação brasileira após 1985: um campo em disputa**. Campinas, 2016. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_078.html.> Acesso em: 13 maio 2021.

BITTENCOURT, E. S. **Políticas públicas para a educação básica no Brasil, descentralização e controle social – limites e perspectivas**. 2009. (Dissertação) - Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

BITTENCOURT, Evaldo de Souza. **Políticas Públicas Para a Educação Básica no Brasil, Descentralização e Controle Social – Limites e Perspectivas**. Rio de Janeiro; Novembro – 2009.

BRASIL. **PARECER CNE/CEB Nº39/2004**: Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf.> Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. BOLSA FAMÍLIA: Acompanhamento de frequência escolar é o melhor desde 2004. 2021. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/bolsa-familia#:~:text=Bolsa%20Com%20Brasil%20Carinhoso,superior%20a%20R%24%2070%20mensais>.> Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Uma concepção para o ensino médio. 2021. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13561#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica%20tem%20por, trabalho%20e%20em%20estudos%20posteriores%2080%20D>.> Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Sobre o PDDE. O que é?. 2021. Disponível em: <<https://www.fnede.gov.br/programas/pdde.>> Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - Simave. 2021 Disponível em: [https://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/15115-simave.](https://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/15115-simave)> Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Guia PNLD 2020. 2019. Disponível em: <[https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/13410-guia-pnld-2020.](https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/13410-guia-pnld-2020)> Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Fundeb - Apresentação. 2021. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/fundeb#:~:text=Substituto.](http://portal.mec.gov.br/fundeb#:~:text=Substituto)> Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Uma concepção para o ensino médio. 2021. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13561#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica%20tem%20por,trabalho%20e%20em%20estudos%20posteriores%E2%80%9D.](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13561#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica%20tem%20por,trabalho%20e%20em%20estudos%20posteriores%E2%80%9D)> Acesso em: 26 jun. 2021

BRASIL. **Presidência da República**. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 2021. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em: 26 jun. 2021

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; POLTRONIERI, Heloisa; BORGES, Regilson Maciel. **Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de Estado?**. Scielo, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 813-826, 2011. Disponível em: <[https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/05.pdf.](https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/05.pdf)> Acesso em: 07 nov. 2020.

CAMPOS, Luciana Monteiro de. **Programa educação integral e integrada: A implementação da política de educação integral do Estado de Minas Gerais a partir da percepção dos profissionais da escola**. 2020. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Departamento de Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/12561/1/DISSERTA%c3%87%c3%830_ProgramaEduca%c3%a7%c3%a3oIntegral.pdf.](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/12561/1/DISSERTA%c3%87%c3%830_ProgramaEduca%c3%a7%c3%a3oIntegral.pdf)> Acesso em: 26 nov. 2020.

CASTRO, Jorge Abrahão de et al. **Perspectivas da política social no Brasil**. 2010.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. da. **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos**. In: Congresso Brasileiro de Gestão do Desenvolvimento de Produto, 8, 2011, Porto Alegre. Anais do 8º Congresso Brasileiro de Gestão do Desenvolvimento de Produto. Porto Alegre, 2011.

DE OLIVEIRA SILVA, Giselly et al. **Políticas públicas no combate à evasão e abandono escolar na educação básica brasileira: uma revisão de literatura/Public Policies to combat evasion and school dropout in Brazilian Basic Education: A Literature Review**. ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 14, n. 53, p. 1010-1025, 2020. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2925>>. Acesso em: 12 maio. 2021.

DE REZENDE PINTO, José Marcelino. O financiamento da educação no governo Lula. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 25, n. 2, 2009.

DEITOS, Roberto Antonio. **Políticas públicas e educação**: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. Acta Scientiarum. Education, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 209-218, 21 dez. 2010. Universidade Estadual de Maringá. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/actascieduc.v32i2.11869>. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4025/actascieduc.v32i2.11869>.> Acesso em: 26 jun. 2021.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. **Impactos das Políticas Educacionais no Cotidiano das Escolas Públicas**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escolas_publica_PNE.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

FERREIRA, Naidson Clayr Santos et al. Estudo bibliométrico sobre a política educacional para pessoas com deficiência entre 1997 e 2014 (Bibliometric study about educational policies for people with disabilities, between 1997 to 2014). **Revista Eletrônica de Educação**, v. 11, n. 3, p. 804-816, 2017.

FERREIRA, Naidson Clayr Santos et al. Estudo bibliométrico sobre a política educacional para pessoas com deficiência entre 1997 e 2014 (Bibliometric study about educational policies for people with disabilities, between 1997 to 2014). **Revista Eletrônica de Educação**, v. 11, n. 3, p. 804-816, 2017. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1977>.> Acesso em: 20 mai. 2019.

FERREIRA, Naidson Clayr Santos; SOUZA, Calixto Júnior de; SILVA, João Henrique da; FERNANDES, Woquiton Lima. Estudo bibliométrico sobre a política educacional para pessoas com deficiência entre 1997 e 2014. **Revista Eletrônica de Educação**, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 804-816, 30 nov. 2017. FAI-UFSCar. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14244/198271991977>.> Acesso em: 10 out. 2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação e sociedade**, v. 23, p. 257. 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 6º ed. 2017.

GOBERT, MILLER, In, Vaz. L.G.D.; Políticas públicas. **Revista Novas Atenas de educação e tecnologia**. Revista eletrônica do departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes- Biologia-Segurança do trabalho. Vol. 10, nº1, jan. /2007.

HADDAD, Sérgio. **A ação de governos locais na educação de jovens e adultos**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a02v1235> >. Acesso em: 29 set. 2019.

- HÖFLING, Eloísa de Matos. **Estado e Políticas (públicas) sociais**. Scielo, São Paulo SP, v. 21, n.55 , p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>> Acesso em: 07 nov. 2020.
- HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 104, p. 5-34, 1998.
- KERSTENETZKY, Lessa, Celia. Economia Política. In. SOUZA, P. (Org.). Brasil, Sociedade em movimento. 1 ed. São Paulo: **Paz e Terra**, 2015.
- KUGELMAS, E.; SOLA, L. **Recentralização/descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos nos 90**. Tempo Social: revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 63-81, out. 1999.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2011. 320 p.
- MARTINS, A. M. A descentralização como eixo das reformas do ensino: uma discussão da literatura. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 22, n. 77, p. 28-48, dez. 2001.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2ª. Edição. São Paulo, 2019.
- NANNI, Giovanni; DOS SANTOS FILHO, José Camilo. Importância da Avaliação das Políticas Públicas Educacionais. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 18, n. 1, 2016.
- OLIVEIRA, A. F. Políticas Públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, A. F. (Org.). **Fronteiras da educação: tecnologias e políticas**. Goiânia: PUC, 2010.
- OLIVEIRA, D. d e P. R. de. **Sistemas de informações gerenciais**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- PIRES, André. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a07v21n80> >. Acesso em: 29 out. 2019.
- REZENDE, Amaury José; REZENDE, Amaury José; CORRAR, Luiz João. **A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo**. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 1, n.1, p. 24-40. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/81842260/gestao-publica-municipal-e-a-eficiencia-dos-gaastos-publicos>. > Acesso em: 07 nov. 2020.
- REZENDE, Amaury José; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz João. **A Gestão Pública Municipal e a Eficiência dos Gastos Públicos: Uma Investigação Empírica Entre as Políticas Públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Municípios do Estado de São Paulo**. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 1, n. 1, p 24 – 40, jan./abr. 2005. Disponível em:

<<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/75>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

RODRIGUES, Paulo Roberto. **Mathematic teaching at EJA in public schools from santa maria**. 2008. 268 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

SACRISTÁN, J. G. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SANTOS Estevão dos, Larissa; SILVA, Katharine Ninive Pinto. **Caracterização das políticas educacionais no Brasil a partir da sistematização do estado da arte**. e-Mosaicos, v. 8, n. 19, p. 6-24, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46470>> Acesso em: 26 jun. 2021.

SAVIANI, D. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 20, n. 69, p.119-136, dez. 1999.

SILVA, Giselly de Oliveira; ALBUQUERQUE, José de Lima; PINHO, Marco Aurélio Benevides de; MORAES FILHO, Rodolfo Araújo de; ARAÚJO, Carlos William Ferreira de. **Políticas públicas no combate à evasão e abandono escolar na educação básica brasileira: uma revisão de literatura**. Id on Line Rev.Mult. Psic., Dezembro/2020, vol.14, n.53, p. 1010-1025. ISSN: 1981-1179.

SILVA, Guery Tã Baute e; BARROZO, Patrícia; CRUZ, Fernando; SANTO, Gabriel do Espírito. **Revisão bibliométrica de políticas públicas educacionais Brasileiras do ensino superior**. 2018. Disponível em: <<http://sis.tup.ifsp.edu.br/ocs/index.php/CATE/cate2018/paper/viewFile/99/37>> Acesso em: 26 jun. 2021

SILVA, Patricia Borges Coutinho da; REZENDE, Nayane Caldeira; QUARESMA, Teresa Cristina Correia; CHRISPINO, Alvaro. **Sobre o sucesso e o fracasso no Ensino Médio em 15 anos (1999 e 2014)**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, [S.L.], v. 24, n. 91, p. 445-476, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362016000200009>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SILVA, Regina da Silva. **Configuração do campo da educação no Brasil: estudo bibliométrico da revista Brasileira de educação e da Revista Brasileira de História da educação**. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

SOUZA, Pedro de. **Brasil, sociedade em movimento**. Editora Paz e Terra, 2015. Disponível em: (<https://books.google.com.br/books>)

VENTURA, Jaqueline. A política educacional para a EJA na produção científica do GT Educação de Pessoas Jovens e Adultas da Anped (1998-2008): contribuições para o debate. In: **Reunião anual da ANPED**, 32. 2012, Caxambu. Anais. Caxambu: Anped, 2008. p.1-15.

ZIMMER, Bruna. **Políticas públicas em educação: uma análise bibliométrica dos estudos científicos publicados no portal Capes**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2018. disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2224/1/ZIMMER.pdf>> Acesso em: abr. 2021.